



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES II  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
CURSO BIBLIOTECONOMIA**

**NÉCILMA MACÊDO DE SOUSA**

**A URNA ELETRÔNICA BRASILEIRA COMO ESCRITA  
DIGITAL DO VOTO**

**FORTALEZA  
2011**

NÉCILMA MACÊDO DE SOUSA

**A URNA ELETRÔNICA BRASILEIRA COMO ESCRITA DIGITAL DO  
VOTO**

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em biblioteconomia.

Orientador (a): Prof. Ms. Jefferson Veras Nunes

FORTALEZA-CE  
2011

S725u Souza, Nécilma Macêdo de.

A urna eletrônica brasileira como escrita digital do voto / Nécilma Macêdo de Souza. – Fortaleza, 2011.

51 f.

Orientador (a): Profa. Ms. Jefferson Veras Nunes

Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências da Informação, curso de Biblioteconomia.

1. Urna eletrônica. 2. Sociedade da Informação. 3. Voto eletrônico. I. Nunes, Jefferson Veras. (Orientador). II. Universidade Federal do Ceará – Curso de Biblioteconomia. III. Título.

CDD 020

NÉCILMA MACÊDO DE SOUSA

A URNA ELETRÔNICA BRASILEIRA COMO ESCRITA DIGITAL DO VOTO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Ms. Jefferson Veras Nunes (orientador)  
Universidade Federal do Ceará  
Departamento de Ciências da Informação  
Presidente

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria de Fátima Fontenele Silva  
Universidade Federal do Ceará  
Departamento de Ciências da Informação  
Membro

---

Prof. Dr. Luis Tadeu Feitosa  
Universidade Federal do Ceará  
Departamento de Ciências da Informação  
Membro

## AGRADECIMENTOS

A produção de uma monografia envolve a vida de quem a produz, neste quesito, aqui fica minha produção acadêmica, apesar de encontrar-me em uma idade madura a cognição de quem produz seja nas primeiras letras ou em uma produção acadêmica é similar no aspecto de se ter graduações a galgar.

Os meus agradecimentos são destinados em um primeiro momento a Deus e a todas as pessoas que contribuíram diretamente e até indiretamente para a conclusão desta monografia, que acabou sendo um trabalho árduo, porém prazeroso.

Ao meu pai Sr. Francisco Barbosa que apesar da idade, sei que sempre há de me orientar, incentivar e amparar diante as dificuldades, que a vida nos impõe, a minha mãe D. Maria Iracilma e ao meu irmão Leirton.

Agradeço de modo muito especial ao meu Caríssimo Professor Jefferson Veras, que além de receber-me como orientanda para a execução do trabalho foi um ouvinte paciente e interessado em auxiliar-me no desenvolvimento desta.

À Professora Dra. Virgínia Bentes Pinto da UFC por ser para mim um ponto de luz, força, apoio, estímulo e orientação, em suas aulas com fichamentos e resumos em suas duas aulas semanais com quatro horas de duração cada, mas pelo incrível que pareça além de cansativas, altamente produtivas, interessantes e muito bem elaboradas com o uso do audiovisual.

À minha colega de faculdade e amiga Larissa pelo carinho e por me coagir a agradecê-la oficialmente, apesar de que eu já faria isto mesmo.

Ao meu amigo Leandro pela ajuda em todas as pesquisas difíceis, que sempre prontamente me orientou até mesmo às vezes altas horas da noite pelo telefone.

Aos Professores Tadeu Feitosa e Fátima Fontenelle e Ivone Bastos da UFC que sempre foram acolhedores em transmitir e assegurar que o conteúdo estava sendo assimilado.

As tias da cantina do Centro de Humanidades II da UFC, Cleide e Matilde por me venderem fiado quando eu precisava ficar até mais tarde e estava com fome, porém faltava dinheiro.

À Bibliotecária Etelvina Marques do Instituto Federal do Ceará (IFCE), o (antigo CEFET/CE), durante o meu estágio supervisionado, me permitindo expandir meus conhecimentos na prática bibliotecária e passou-me a noção do profissionalismo ante a prática.

À minha companheira das horas certas e incertas, Celeste Tupinambá por seu carinho e atenção ao ouvir minhas dúvidas e incertezas e opinar bastante em relação a minha monografia. E com carinho especial aos amigos e confidentes Luíz, Isabel Eloy e Karol “a cobrar” pelo incentivo, pelo apoio, pelas horas de convívio e pelas trocas de experiências.

Ao Cícero, o Auxiliar de Serviços Gerais por ter me ajudado com alguns percalços da vida, como no dia em que minha sandália quebrou. Aos seguranças do CH II da UFC que prontamente me ajudaram numa tentativa de assalto.

Também não posso me esquecer de agradecer com carinho especial a minha amiga Vanda Regina. E finalmente, a todos os meus outros familiares e amigos não citados aqui, mas que também de forma direta ou indiretamente contribuíram para a construção desse trabalho, o qual é importantíssimo para mim, pois o assunto trabalhado me interessa bastante, pois fará parte de minha monografia de conclusão do Curso de Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará.

## RESUMO

Aborda a Urna Eletrônica brasileira como ferramenta informacional em meio a Sociedade da Informação, objetivando uma análise de como os eleitores perceberam e construíram o conhecimento coletivo ante a mudança do suporte em papel para o suporte eletrônico. Trata do voto eletrônico como escrita da sociedade e sua participação nos pleitos eletivos. Apresenta um pequeno histórico da Urna Eletrônica no Brasil e da trajetória desse equipamento que a princípio visava à agilidade na apuração e contabilização dos votos. Tendo como premissas básicas os pressupostos de McLuhan (1964); Cerqueira (2004); Rodrigues Ferreira (2005) e Pierre Lévy (2008). Como metodologia, adota a pesquisa participante; exploratória e observatória, com análise de dados mediante aplicação de questionários junto a alguns eleitores e funcionários do TRE-CE. Os resultados apontam para a concordância de que a U.E tornou mais ágil o processo eleitoral brasileiro. Conclui que iniciativas como essa no âmbito tecnológico trouxeram uma evolução na própria formação de produção informacional e na obtenção dos resultados, estabelecendo uma relação entre os processos eleitorais, o exercício da cidadania, as novas tecnologias e como os eleitores incorporaram as informações que os Tribunais Superiores Eleitorais disponibiliza para o manuseio da U.E de forma adequada, bem como o processo de resignificação dessas informações em outros processos digitais de informação e comunicação, propondo uma reflexão sobre a U.E que venha a subsidiar uma melhoria no processo eletivo brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urna Eletrônica. Sociedade da informação. Voto eletrônico.

## **ABSTRACT**

Covers the electronic voting machine as a tool Brazilian informational amid the Information Society, aiming at an analysis of how voters perceive the collective knowledge and built before the change in paper to electronic support. These electronic voting as an expression of society and their participation in the elective elections. Presents a brief history of electronic voting machines in Brazil and the trajectory of the equipment that the principle was intended to speed up the verification and counting of the votes. With the assumptions of the basic premises of McLuhan (1964); Cerqueira (2004); Rodrigues Ferreira (2005) and Pierre Levy (2008). The methodology adopts the participatory research, exploratory and observatory with data analysis by applying questionnaires to some voters and employees of TRE-CE. The results point to the agreement that E.V.M become more agile Brazilian electoral processes. It concludes that such initiatives in technological have brought an evolution in production informational own training and in obtaining results, establishing a relationship between electoral processes, the exercise of citizenship, new technologies and as voters entered the information that the Supreme Electoral Court election provides for the management of the E.V.M appropriately, as well as the process of redefinition of this information in other processes digital information and communication processes, proposing a reflection on the E.V.M will subsidize an improvement in the election process in Brazil.

**KEYWORDS:** Electronic Voting Machines. Information Society. Electronic Voting.

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, não participa dos acontecimentos políticos. Ele que não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, o do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.”

(CERQUEIRA)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 O VOTO NO BRASIL.....</b>	<b>15</b>
2.1 AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS NO BRASIL.....	17
2.2 O VOTO DURANTE O GOVERNO MILITAR.....	20
2.3 A NOVA REPÚBLICA.....	21
<b>3 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E CIBERCULTURA.....</b>	<b>22</b>
<b>4 O VOTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>5 A IMPLEMENTAÇÃO DA URNA ELETRÔNICA NO BRASIL.....</b>	<b>37</b>
<b>6 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>39</b>
6.1 ELEIÇÕES E OPINIÕES.....	40
6.2 APURAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO.....	41
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>52</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Em 1974, O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, em capítulo que aborda a memória do voto, acerca das Primeiras Experiências Oficiais e Iniciativas Populares pela automação do voto, relata-nos que é lançada no Brasil uma pesquisa sobre a concepção de uma urna eletrônica com o objetivo de proporcionar como poderia ser a apuração e a contabilização dos votos no país seja empreendida de modo mais ágil. Na reconstrução do processo histórico, que resultou na máquina de votar brasileira, surge a iniciativa do advogado e contador de Osório-RS, Francisco Luís Moro, que, após mais um cansativo processo de apuração manual de votos, sugeriu um novo sistema, em que uma urna automatizada assumiria o papel fundamental. Moro conseguiu antecipar alguns dos caminhos pelos quais a informatização das eleições seguiria.

No início de década de 1970, a loteria esportiva utilizava uma tecnologia de transposição de dados de um cartão para um computador que serviu como inspiração ao projeto de Moro. Repetindo o raciocínio que a Justiça Eleitoral brasileira faria entre 1995 e 1996 relacionado à facilidade da população em utilizar telefones públicos, Moro concluiu que, mesmo com baixa escolaridade, o eleitor que preenchia os volantes da loteria não teria problemas para repetir a mesma operação no momento das eleições. Com relação a isso, o inventor também ressaltava atributos que hoje não são mais novidades quando se fala em urna eletrônica, tais como a economia com pessoal, uma vez que a apuração ganhava simplicidade; além da segurança, rapidez e precisão na apuração, contagem e divulgação dos sufrágios.

Atualmente a urna eletrônica se consolida como uma ferramenta de expressão da Sociedade da Informação ante o paradigma que concerne ao estabelecimento da democracia e sua amplitude de sentidos. Sentidos esses que no caso em questão a análise da Urna Eletrônica - U.E que é disponibilizada para se recorrer às escolhas de nossos representantes e como essas informações são armazenadas, disseminadas, utilizadas e compreendidas pelos eleitores brasileiros.

A cada novo pleito eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) investe ostensivamente em campanhas educativas destinadas ao eleitorado brasileiro, informando-o sobre como proceder para votar com a U.E. Após 14 anos de implantação, surge uma novidade relacionada à ferramenta em questão: o cadastramento biométrico, que consiste no escaneamento das digitais do eleitor e na medição da distância entre os olhos da face do indivíduo, sendo posteriormente analisada por um software, que designa a melhor foto entre três tentativas, e com este, o novo título de eleitor terá, além das digitais, a imagem do eleitor. Tal medida veio sofisticar em termos tecnológicos a U.E brasileira. Além disso, outras ações promovidas pelo TSE visam coibir a fraude eleitoral, e conferir celeridade e transparência ao processo eletivo brasileiro. Nesse sentido, cabe citarmos aqui Ferreira (2005), quando afirma:

As modificações eleitorais brasileiras sempre tiveram a finalidade de alcançar um aperfeiçoamento. É justo, pois, que consideremos as sucessivas modificações dos nossos regimes eleitorais como uma evolução, não obstante apresentassem por vezes, alterações, profundas, conseqüentes ao advento de nossos regimes políticos. (FERREIRA, 2005, p. 18)

O TSE conta com um sistema de votação e apuração eletrônico, considerado como tecnologia de ponta no que tange aos processos eleitorais do mundo. O Brasil é o primeiro país a contar com uma eficiente “máquina de votar” eletrônica. A Lei 9.504/1997, que regimenta o voto eletrônico e suas subseqüentes: 10.408/02; 10.740 de 2003, que instituem regras para eleições no Brasil com a Urna Eletrônica, determinam os procedimentos pertinentes às eleições, com a utilização da urna eletrônica como um meio de inovação tecnológica, que possibilita a agilidade e diminui a possibilidade de fraudes no processo de apuração de votos.

Assim, temos a seguinte hipótese: urna eletrônica surge como expressão das novas tecnologias informacionais ante a Sociedade da Informação, desde o armazenamento de dados até as diversas práticas sociais que esta tecnologia proporcionou aos eleitores brasileiros e sua repercussão mundial. A urna eletrônica surge como um equipamento indispensável à realização dos concursos eleitorais brasileiros, tanto para cargos eletivos como para os majoritários.

Dada as dimensões do país, e, ainda, ao fato do tamanho de sua população, quase 198 milhões de habitantes (IBGE, 2011), a celeridade é um fator preponderante dentro da Sociedade da Informação na qual estamos inseridos. A U.E representa rapidez e confiabilidade aos eleitores como efetivos usuários da tecnologia da informação, sendo, ao mesmo tempo, consumidores e produtores de informação de forma sócio interativa, uma vez que ao participarem efetivamente com seu voto, inserem os candidatos nos quais votaram e transformam esse voto em informação a ser investigada em todos os formatos e meios informacionais.

A utilização da urna eletrônica é também para o Brasil um motivo de orgulho perante as nações mais democráticas do mundo. A esse respeito, Cerqueira (2004, p. 71) coloca que “a Justiça Eleitoral brasileira é a mais avançada do mundo em tecnologia, de segurança, presteza, eficiência e celeridade na votação e apuração das votações” (2004, p.716).

Esta tecnologia representa uma conquista rumo à conquista da cidadania, tanto em termos de igualdade entre os brasileiros, quanto em termos de inclusão digital. O voto eletrônico foi rapidamente incorporado aos hábitos eleitorais do brasileiro, entretanto toda a estrutura que temos hoje nos concursos eleitorais são conquistas há muito pensadas pelos defensores da democracia no país.

Diante dessas observações abordadas, podemos questionar a urna eletrônica como fonte repositória e expressão informacional como ferramenta inserida no contexto da Sociedade da Informação enquanto fonte de informação repositória e democrática que pretende ser. Segundo Nunes (2007, p.23):

Conforme as possibilidades de interação e sociabilidade que as Tecnologias de Informação e Comunicação proporcionam aos indivíduos, eles podem ter acesso, na maioria das vezes, por meio das próteses midiáticas, a uma camada imensuravelmente maior de informações e troca de experiências, podendo resultar na ampliação dos acessos sociointerativos dos sujeitos.

Nesse sentido, questionamos: em que medida a urna eletrônica pode ser considerada como uma expressão da Sociedade da Informação como escrita digital? Analisamos como os eleitores receberam e elaboraram o conhecimento coletivo

para interagirem com essa nova ferramenta tecnológica ante a mudança do suporte papel para o suporte eletrônico.

A presente monografia está dividida em quatro capítulos, que abordam a U.E, iniciando-se com o Voto no Brasil, seguindo-se pelas as Novas Tecnologias da Informação e Cibercultura, o Voto na Sociedade da Informação, A Implementação da Urna Eletrônica no Brasil, e a Metodologia. No primeiro capítulo analisamos os primórdios da participação política do povo através do voto no Brasil, iniciado-se durante a monarquia portuguesa absolutista no período Joanino, com a implantação do Código da Ordenação do Reino, que determinava os procedimentos pertinentes ao processo eletivo para os cargos das Câmaras, a quantidade necessária de candidatos para que fossem levados a efeito nas vilas e cidades do então Brasil-Colônia, passando pelo voto durante o governo militar, chegando até a criação da Urna Eletrônica. Nesse âmbito tais estudos apontam para os primórdios do que seria a Justiça Eleitoral Brasileira.

No segundo capítulo intitulado Tecnologias da Informação e Cibercultura, abordamos o início do processo, estudo e a apropriação da comunicação registrada eletronicamente, no caso, a urna eletrônica (U.E) e a transição entre o suporte de papel para o suporte eletrônico através da U.E. Objetivamos compreender como essa automação influencia e é influenciada pelas Novas Tecnologias da Comunicação e Informação-NTIC e o processo de construção coletivo do conhecimento, necessário a utilização dessa nova ferramenta.

No terceiro capítulo ao tratarmos sobre O Voto na Sociedade da Informação analisamos o contexto organizacional e estratégico ante aos novos paradigmas informacionais e como as Novas Tecnologias da Informação (NTIC), influenciam as ações e expressões em relação a U.E nesses órgãos tanto em termos de contagem de mais ágil dos votos quanto em termos de inserção digital e como a população brasileira recebe essa demanda tecnológica.

E no quarto capítulo, com a Implementação da Urna Eletrônica no Brasil, ante a necessidade de se automatizar o processo eletivo e a implantação do voto eletrônico no Brasil, tendo como objetivo a agilidade na apuração e totalização dos votos, e eliminação das fraudes eleitorais, utilizando um computador exclusivo para os processos eleitorais.

Na Metodologia, realizamos uma pesquisa com método de cunho científico, com aplicação de questionários visando estabelecer um diagnóstico sobre a utilização da U.E pelos eleitores e suas relações e elaborações para levantar questionamentos e obter informações acerca das opiniões dos entrevistados e ao tratarmos essas informações, que originalmente eram apenas dados, analisaremos tentando compreendê-los de forma que viessem a contribuir para o desenvolvimento desse trabalho.

Assim, para poder compreender como a urna eletrônica pode ser considerada como expressão da Sociedade da Informação, estudaremos aqui sua importância na agilidade com que dissemina informações eleitorais e sua aceitação pela Sociedade da Informação, como ferramenta que possibilita uma melhor participação às consultas eleitorais feitas pelo TSE à população. Para tal elaboramos pesquisa com questionários com dez questões aplicados a eleitores de 18 a 25 anos e aos de 25 a 50 anos, bem como a alguns funcionários do TRE-CE, sendo um total de 20 questionários para cada segmento.

## **2 O VOTO NO BRASIL**

Neste capítulo analisaremos os primórdios da participação política do povo através do voto no Brasil, iniciado-se durante a monarquia portuguesa absolutista no período Joanino, com a implantação do Código da Ordenação do Reino, que determinava os procedimentos pertinentes ao processo eletivo para os cargos das Câmaras, a quantidade necessária de candidatos para que fossem levados a efeito nas vilas e cidades do então Brasil-Colônia, passando pelo voto durante o governo militar, chegando até a criação da Urna Eletrônica. Nesse âmbito tais estudos apontam para os primórdios do que seria a Justiça Eleitoral Brasileira.

Trezentos anos após o descobrimento, apesar de ser província de Portugal, o Brasil, tinha uma vida política independente, com Leis eleitorais e a adoção do código da Ordenação do Reino, segundo Cerqueira (2004, p.1.556) “O primeiro “Código Eleitoral” a viger no Brasil foram às chamadas Ordenações do Reino (Código Afonsinos – 1.446, Manuelinos – 1521, e Filipinos – 1603)”. Nas

idades e vilas que usufruíam de liberdade política onde os portugueses nascidos no país podiam votar e serem votados, para exercerem cargos nos conselhos municipais. A primeira eleição no Brasil remonta ao ano de 1532, mais precisamente no dia 23 de janeiro que foi realizada em São Vicente. A esse respeito, vale citar Ferreira (2005, p. 324):

No dia 23 de janeiro de 1532, realizou-se a primeira eleição no Brasil, em São Vicente. [...] A partir daquela data, em todas as cidades e vilas brasileiras, sem exceção, realizaram-se eleições livres, democráticas, para os conselhos municipais, reguladas pelo código eleitoral da Ordenação do Reino.

O Código da Ordenação do Reino tratava de procedimentos para se efetivarem o processo eletivo que, eram compiladas por vários títulos que estabelecem competências, para os diversos cargos, como vereadores, oficiais, juízes e almotacés. Como salientado por Ferreira (2005, p. 28):

Em que modos se farão a eleição dos juízes, vereadores, almotacés, e outros oficiais”, descrevendo minuciosamente o respectivo Código Eleitoral, no título LXVII; “Dos almotacés”, seguindo-se o Procurador do Conselho, do Escrivão da Câmara.

O número de oficiais a serem eleitos restringia-se a três ou sete, sendo determinado pela quantidade de moradores e o dos juízes entre um e dois. Entretanto, o Código da Ordenação do Reino, que regia as eleições nas Vilas e cidades, não contemplava normas para os órgãos da administração, mas, para os ocupantes do diversos cargos e funções. Assim, exercia-se o direito de votar e de ser votado, entre o equilíbrio da monarquia absolutista e as eleições no conjunto das repúblicas e vilas e das cidades.

Juízes, Vereadores e procuradores da Câmara eram eleitos por um ano, mas não se faziam eleições anuais, ou seja, em um único escrutínio elegiam-se os representantes para os próximos três anos seguintes. Nesse sentido o processo eleitoral obedecia à seguinte ordem: 1º Convocação dos eleitores, (a “gente mecânica<sup>1</sup> ou oficiais mecânicos” que era a plebe que tinha o direito de votar, mas não de ser votada), por meio de editais. O processo se dava da seguinte forma:

eleitor votava aproximando-se da mesa eleitoral e dizia ao escrivão em seu ouvido o nome de seis candidatos.

Só podiam ser votados os que pertenciam à nobreza das vilas e cidades, ou seja, os denominados homens bons que recebiam também a denominação de republicanos. Ressaltamos que esse direito de voto não foi conquistado pela força, mas como propõe Ferreira (2005) “vale ressaltar que o livre exercício do voto, de escolher governos locais, surgiu no Brasil com os primeiros núcleos de povoadores.”

---

<sup>1</sup>O termo Ofício vem do Latim *officium*, que originalmente exprime uma obrigação ou tudo que se deve fazer por obrigação; dessa forma, ofício e profissão possuem significados equivalentes (BARATA 1999). Os ofícios mecânicos correspondem diretamente aos trabalhos manuais, aprendidos através, principalmente, da experiência, transmitidos ao longo da convivência entre mestres e aprendizes.

Porém com o século XVIII surgia a burguesia, que ansiava por ter e exercer direitos políticos, uma vez que não podia exercer na Câmara Municipal os cargos da república, tal proibição gerou inúmeros conflitos:

Em 1807, a burguesia do Rio de Janeiro, protestou em representação ao rei, contra a nobreza, que não lhe permitia ocupar cargos na respectiva república. Esses conflitos que começaram a surgir, são em geral, provocados pela burguesia, o “estado do meio”. Ferreira (2005, p.28).

Outro fato que veio a concorrer para a ampliação dos direitos ao voto no país foi à chegada do movimento maçônico, que foi fortemente apoiado pela classe burguesa:

Essa organização recruta os descontentes do “estado do meio” que almejavam parte do poder político reservado exclusivamente à nobreza local. Por sua vez a classe letrada, como advogados, é doutrinada pela leitura em francês, dos autores do Iluminismo e de Rousseau que pregam a revolução político-social, com o advento da representação popular em nível nacional.(FERREIRA, 2005, p.28)

O movimento ganha proporções nacionais em 1879, com os Inconfidentes Mineiros, a pretexto da cobrança de impostos pela Coroa Portuguesa que deflagra o movimento. Nesse momento duas facções se defrontam; a “azul” que defendia a permanência da monarquia, mas com parlamento e a “vermelha” que desejava em definitivo a saída da monarquia do país.

## 2.1 AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS REALIZADAS NO BRASIL

Entre 1808-1821, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, e o conseqüente império, verificaram-se algumas modificações na forma de se votar, os juízes antes eleitos pelo povo foram suprimidos nos novos municípios e suas atribuições incorporadas ao novo Estado Brasileiro. Isto resultou na convocação das primeiras eleições gerais no Brasil, com a finalidade de eleger representantes do povo.

Com isso surgiu à necessidade de se organizar uma lei eleitoral com algumas modificações na forma de se votar e para tal utilizou-se a lei eleitoral estabelecida na Constituição Espanhola de 1812. “A lei eleitoral adotada foi a mesma de 7 de março de 1821, extraída da Constituição Espanhola.”(FERREIRA, 2005, p.367).

O regime imperial escravagista não percebeu as modificações sociais pelas quais o Brasil estava passando, como a industrialização, o poder dos Barões, advindo da cafeicultura, a efervescência do mercado financeiro, o desenvolvimento urbano, e o trabalho que passara a ser assalariado, tais fatos que precipitaram a conspiração militar que segundo Marcos Rey (1988, p.18):

Foram vários os episódios que deterioraram as relações entre a Monarquia e os militares e que afastaram o Exército do Governo. A oficialidade voltou da Guerra do Paraguai consciente de sua importância na vida nacional e disposta a ação política (....)os militares estavam cada vez mais desolados com a corrupção existente na vida pública e na política monarquista.aos poucos foram se considerando incumbidos de uma missão salvadora, em que a

dignidade da farda se opunha aos políticos civis, os “casacas”, aproveitadores da miséria do país.

Com a queda do império, e a conseqüente tomada do poder pelo marechal Deodoro, chefe do governo provisório, que assinou no dia 8 de fevereiro de 1890, o regulamento eleitoral organizado por Aristides Lobo tratando da qualificação dos eleitores, bem como sanções a serem aplicadas aos crimes eleitorais e ainda a exigência de renda e da elegibilidade, dentre algumas deliberações.

As primeiras eleições republicanas foram realizadas a 15 de setembro de 1890, no qual se elegeram o marechal Deodoro como presidente e Floriano Peixoto, como vice. Detalhe importante deste pleito, em relação à urna é mencionado por Ferreira (2005, p.367):

A urna se conservará fechada à chave, enquanto durar a votação. O eleitor assinava o livro de presença. Os candidatos podiam ter fiscais junto à mesa. Apurados os votos, era lavrada ata com os resultados obtidos, a qual seria “imediatamente transcrita no livro de notas do tabelião ou outro qualquer serventuário de justiça ou escrivão *ad hoc* nomeado pela mesa, o qual dará certidão a quem pedir.

Contudo, tais pleitos ficaram marcados por: fraudes; corrupções; atas forjadas; abuso de poder econômico e controle social por parte dos coronéis. Em 1930, os coronéis começaram a perder poder, encerrando-se esse período da história e iniciando-se o Getulismo ou a Era Vargas.

Assim, o governo provisório através da Junta militar instituiu o Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, que primava pelo voto universal, secreto e obrigatório, e a criação da Justiça Eleitoral, sob a denominação de Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, tendo como seu primeiro presidente o Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros. Conhecido hoje, como Tribunal Superior Eleitoral - TSE, responsável pelo: alistamento; organização das Mesas; apuração dos votos; reconhecimento e proclamação dos eleitos, incorporando as mulheres e religiosos, ainda excluindo os analfabetos.

Com a Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, foi excluída a Justiça Eleitoral, dos órgãos do Poder Judiciário. Durante o período de 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, não houve eleições no Brasil. Mas, dada as pressões populares, obrigando o governo a convocar eleições por meio da Lei Constitucional 09, de 28 de fevereiro de 1945. Noventa dias depois, o então Presidente da República baixou o Decreto-Lei nº 7.586, regulando as eleições em todo o território nacional e restabelecendo a Justiça Eleitoral.

A partir da criação da Lei 1.164, de 24 de julho de 1950, que instituiu o código que regulou a Justiça Eleitoral, os partidos políticos e toda a matéria relativa a alistamento, eleições e propaganda eleitoral até 1965, quando nova lei, a 4.737, instituiu o Código Eleitoral, sancionada pelo presidente da república Humberto Castello Branco e aprovada pelo Congresso Nacional do Ato Institucional de abril de 1964. Que, com algumas alterações, está em vigor até hoje.

## 2.2 O VOTO DURANTE O GOVERNO MILITAR

Desde a tomada do império pelo Marechal Deodoro, em 1890, o Brasil nunca tinha passado por tamanha transformação no cenário político-social como se deu em 1964. Após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, da presidência do Brasil, os militares não queriam a posse do vice, João Goulart acusaram-no de promover agitação social e ser simpático com o comunismo. No dia 1º de abril os militares tomam o poder e no dia 9 do mesmo mês, é decretado o Ato Institucional nº1 (AI-1), que se caracterizou, principalmente, por ter bloqueado e destruído as conquistas democrático-burguesas e populares que se vinham realizando na sociedade brasileira desde o fim do Estado Novo (1937-1945).

Através de emendas constitucionais e atos institucionais, que foram do AI-1 ao AI-5, os militares, cassam mandatos políticos, tiram estabilidade de funcionários públicos, fecham sindicatos, censuram as artes e os artistas, demitem professores universitários, prendem, torturam e matam, qualquer um que se opusesse ao regime. Com relação a isso nos diz Barreto (1991, p.34) que: Nas Universidades, substituíram-se todos aqueles que não simpatizavam como o novo

regime pelos que iam pela cartilha da ditadura, principalmente a lição da “deduração” a delação. A Universidade perdia sua autonomia.

Após o mandato do presidente Humberto Castelo Branco, que foi o primeiro presidente do regime, assume o marechal Artur da Costa e Silva e decreta o AI-5, que fecha o Congresso Nacional e cessa os mandatos eleitorais. As eleições para alguns cargos passam a ser indiretas como para governador e prefeitos, que são eleitos pelos governadores, assim como o presidente da república é eleito por um colegiado. Em 1969, Costa e Silva é substituído por uma Junta Militar, e em seguida, assume o Presidente general Emílio Garrastazu Médici e com este o aumento da repressão política.

### 2.3 A NOVA REPÚBLICA

Sucessor de Médici, Ernesto Geisel, inicia um lento processo de transição de retorno à democracia, e em 1984, o povo vai às ruas em um movimento que ficou conhecido como: 'Diretas já'. Uma alusão para que se fizessem eleições diretas no Brasil. Entretanto a Câmara dos Deputados não aprova tal projeto e o colégio eleitoral elege Tancredo Neves que concorria contra o deputado Paulo Maluf. Contudo Tancredo ganha as eleições, mas, não chega a assumir, em seu lugar assume seu vice, José Sarney.

Fernando Collor de Melo é eleito em 1989 o primeiro presidente da república desde 1960, dois anos depois o Congresso Nacional instala pedido de afastamento do mesmo, por denúncia de corrupção em seu governo. Collor renuncia ao cargo, mas, mesmo assim tem seu afastamento político decretado por dez anos, ressaltamos que o movimento liderado pelos estudantes denominado 'Caras Pintadas' que foi o estopim popular da renúncia.

Assumindo então seu vice-presidente Itamar Franco que foi sucedido por Fernando Henrique que venceu as eleições, e implementou o Plano Real, que visava basicamente deter a inflação, sendo este bem sucedido em seu intento. Esse foi o momento em que o TSE instaurou a U.E, aproveitando o desenvolvimento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, sendo Fernando Henrique re-

eleito para presidência. Luís Inácio Lula da Silva foi o primeiro trabalhador que entrou para a história do Brasil, por ser operário e sem ter pertencido a Academia. Também foi re-eleito e de forma inédita passou o cargo da presidência da república a primeira mulher eleita, a presidenta Dilma Rouseff.

### **3 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E CIBERCULTURA**

Abordaremos neste capítulo o início do processo, estudo e a apropriação da comunicação escrita e registrada eletronicamente, no caso, a urna eletrônica - U.E e a transição entre o suporte de papel para o suporte eletrônico através da U.E. Objetivamos compreender como essa automação influencia e é influenciada pelas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação - NTIC, que segundo Almeida (2006,p.31):

A partir da década de 50 e início da dos anos 60, foram desenvolvidos estudos sobre o fenômeno da produção e comunicação do conhecimento científico e desenvolvido análises de novos conceitos que se constituíram nos fundamentos teóricos da Ciência da Informação, uma definição usada pela primeira vez para designar o estudo do conhecimento registrado e sua divulgação em sentido amplo.

Com a introdução das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, houve uma revolução nas formas de comunicação que Pierre Lévy (2008, p.21) compara: “Com a roda e a navegação que abriram seus horizontes; com a escrita, o telefone e o cinema que infiltraram com seus signos...” Tal aperfeiçoamento tecnológico influi decisivamente nas formas do fazer comunicacional e na disseminação da informação. Sendo característica deste processo a eliminação de fatores temporais-espaciais, diminuição dos custos, bem como a rapidez nas transmissões das informações, evidências da nossa cultura e sociedade. Nesse sentido, Pierre Lévy (2008, p.22) aduz que:

Mesmo supondo que realmente existam três entidades –técnica, cultura e sociedade- em vez de enfatizar o impacto das tecnologias, poderíamos pensar que tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura.

O homem está sempre a apropriar-se de artefatos que venham a tornar mais fácil o seu fazer cotidiano, concordamos com a citação acima, ainda porque não nos referimos ao artefato tecnológico em si, mas a sua ampla assimilação e utilização, ante as necessidades que são criadas pelas sociedades em diversos momentos históricos. A exemplo da Revolução Industrial, vivemos a “Revolução técnico-científica”. Assim sendo a U.E fez-se necessária ante o grande contingente de eleitores e o conseqüente número de votos que eram contabilizados e totalizados manualmente, ante a automação tecnológica em todos os setores da atividade humana, a implantação de tecnologia de automação na contabilidade e totalização dos votos, era uma conseqüência tecnológica que abriu um leque de produtos que foram sendo incorporados a nossa Sociedade da Informação. Uma vez que a agilidade em que são contabilizados e totalizados e disponibilizados os votos nos sites cadastrados para divulgação dos resultados das eleições pelo TSE, hoje são uma realidade e tais informações passaram a fazerem parte de um mundo cibernético.

Tanto quanto ferramenta de acesso remoto, de informações disponibilizadas em ambiente virtual, a U.E pode ser considerada ainda como ferramenta informacional, fruto das cibertecnologias. Tecnicamente enquanto artefato, a U.E traz em sua tela de cristal líquido, um teclado numérico, que quando é digitado o número do candidato na tela aparece à foto com o nome do político (a) e a sigla do partido a qual pertence, além disso, é composta ainda de algumas teclas indicativas de ações a serem tomadas pelo eleitor: Confirma, (para que o voto seja contabilizado pela U.E); Corrige (para retornar a ação e retomar o procedimento) e a opção Branco, que oferece ao eleitor a possibilidade de abster-se de votar em algum candidato ou partido. Tais ações sugerem a interatividade no ato da votação.

O termo “interatividade” em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação. De fato, seria trivial mostrar que um receptor de informação, a menos que este esteja morto, nunca é passivo. (LÉVY, 2008, p.79)

Nesse sentido, o TSE desenvolveu a U.E a partir da necessidade de se adequar o processo eletivo, que carecia de agilidade, devido ao elevado número de eleitores brasileiros, bem como por conta das distâncias geográficas e da grande quantidade de Zonas Eleitorais. Existe atualmente mais de 3.000 zonas eleitorais, fato que tornava antigamente penoso; demorado e extenuante a apuração e totalização dos votos. Com a implantação da U.E pelo TSE, no caso o Estado podemos concordar com o trecho:

O desenvolvimento das cibertecnologias é encorajado por Estados que perseguem a potência, em geral, e a supremacia militar em particular. É também uma das grandes questões da competição econômica mundial entre as firmas gigantes da eletrônica e do software, entre os conjuntos geopolíticos. (LÉVY, 2008. p.24)

De modo geral a U.E atende as necessidades brasileiras, em termos de portabilidade, pois é portátil, pesando apenas 10.800kg, ou seja, pode ser transportada com certa facilidade. Tem autonomia de 12 horas, é considerada de fácil manuseio pelo TSE. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Nexus em 2008 (realizado entre os dias 18 e 24 de novembro). Nessa pesquisa foram ouvidos dois mil eleitores com mais de 16 anos nos 26 estados em que houve eleições em 2008.) que comprovou que a urna eletrônica é aprovada por 97% do eleitorado. Ainda de acordo com o estudo, 90% dos entrevistados não relataram nenhuma dificuldade para votar usando o equipamento eletrônico.

Esse fato deve-se ao empenho do TSE em investir maciçamente em programas educativos para orientar o eleitor como proceder com a U.E. Tais procedimentos foram de certo modo apreendidos e elaborados pelo eleitorado apesar da realidade brasileira ser diversificada (urbana e rural) e ainda estar a familiarizar-se com as teclas do mundo digital e fazer dos dígitos uma escrita compreensível. A esse respeito Pierre Lévy (2008, p.24) nos afirma: "Ora, o digital encontra-se ainda no começo de sua trajetória".

Nesse tópico ressaltamos que as tecnologias digitais cibernéticas alteram a dinâmica do mundo, agindo principalmente no cotidiano das pessoas, a partir do

advento de sistemas informatizados como ferramenta de ponta, como é o caso das instituições financeiras, sobretudo bancos. Conseqüentemente tais tecnologias afetam a vida econômica das pessoas ao lidarem com um número cada vez maior de como, por exemplo, é o caso da utilização de caixas eletrônicos. A U.E como ferramenta sociabilizante é ainda responsável de certa forma pelo processo de inserção digital. Dessa maneira, cabe citar Pierre Lévy (2008, p.30):

[...] um de seus primeiros efeitos é o de acelerar cada vez mais o ritmo da alteração tecno-social o que torna ainda mais necessária a participação ativa na cibercultura, se não quisermos ficar para trás, e tende a excluir de maneira mais radical ainda aqueles que não entraram no ciclo positivo da alteração, de sua compreensão e apropriação.

As inovações tecnológicas trazem as sociedades novas práticas e novas formas de fazer, novas técnicas e com a implantação da U.E, não foram diferentes passaram também a fazerem parte do fazer eleitoral, um passo que tornou praticamente irreversível. Para Pierre Lévy (2008, p.26):

Uma técnica não é boa, nem má (isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que de um lado abre e de outro fecha o espectro das possibilidades). Não se trata de avaliar seus “impactos”, mas de situar as irreversibilidades às quais um de seus usos nos levaria, de formular os projetos que explorariam as virtualidades que ela transporta e de decidir o que fazer dela.

Ao questionarmos acerca da aplicabilidade da U.E, podemos perceber que a informática reúne técnicas que permitem a digitalizar a informação e seu processamento; entrada ou armazenamento (memória), tratá-la automaticamente ou processamento, transportá-la através do mundo cibernético e disponibilizar as informações para o público (output), para recuperarmos estas informações ou retroação (feedback) de forma eficiente e eficaz, sendo este o processo de um Sistema de Recuperação de Informação. Entretanto em seu projeto inicial a U.E foi concebida para ser apenas uma “máquina simples”; um teclado de telefone público aliado a uma tela de televisor.

Da implantação da U.E até nossos dias, já se vão quinze anos, suplantando a obsolescência que a tecnologia impõe e mantendo-se sempre atual para a ação que foi concebida. Algumas sutis modificações foram feitas durante todo esse tempo na U.E, mas, nada tão radical que afaste a U.E atual do primeiro modelo utilizado em 1996. Anteriormente a U.E prestava-se apenas a contagem e apuração de votos hoje integra também o cadastro do INSS retirando do cadastro de eleitores os falecidos, e tem conferência biométrica que identifica de forma precisa o eleitor e sobre os primeiros usos, Pierre Lévy (2008, p.27) coloca:

Essas tecnologias, todas impregnadas de seus primeiros usos e dos projetos de seus criadores, nascidos no espírito de visionários, transmitidas pela efervescência de movimentos sociais e práticas de base, vieram de lugares inesperados para qualquer “tomador de decisões.

Dada as características do nascimento da U.E, pode-se inferir que após todos esses anos de uso que enquanto outras tecnologias tornaram-se obsoletas, e caíram em desuso, quase que instantaneamente, a U.E, mantém-se e alia-se a outras tecnologias como a identificação biométrica e mantém-se como ferramenta de impacto positivo a cada eleição, sendo ainda mais indispensável, assim sendo:

[...] quando os impactos são positivos, evidentemente a técnica não é responsável pelo sucesso, mas sim aqueles que conceberam, executaram e usaram determinados instrumentos. (PIERRE LÉVY, 2008, p.28)

Dessa forma ressaltamos a visão do TSE, ao conceber e disponibilizar a U.E como ferramenta não apenas coletora de votos, como era a urna de lona. Mas, a U.E, que além de ser repositória de ‘mensagens’ da coletividade, agrega também outras informações ao sistema. Sobre a visão do TSE:

Visão de futuro: Ser referência, para a Justiça Eleitoral e para a sociedade, como agente de promoção da educação para a cidadania e de geração de conhecimento em Direito Eleitoral. (TSE, 2011)

Como ferramenta, a U.E e sua interação com seu público-alvo, opera-se em um estado de apropriação cognitivo-coletivo, como nos diz Pierre Lévy (2008, p.27):

Quanto mais os processos de inteligência coletiva se desenvolvem- o que pressupõe, obviamente, o questionamento de diversos poderes, melhor é a apropriação, por indivíduos e por grupos das alterações técnicas, e menores são os efeitos de exclusão ou destruição humana resultantes da aceleração do movimento técnico-social.

Após o final das eleições os eleitores, já colocam-se a postos dos canais comunicacionais, a apuração e os resultados das eleições são tema central dos diálogos coletivos. A internet nesse momento é a principal disseminadora de informações, corroboramos com Pierre Lévy (2008, p.29):

O ciberespaço, dispositivo de comunicação interativo e comunitário, apresenta-se justamente como um dispositivo de comunicação interativo e, apresenta-se justamente como um dos instrumentos privilegiados da construção e apropriação da inteligência coletiva.

Assim em poucas horas pode-se em um país com aproximadamente 132.054.280 eleitores (TSE, 2011), conhecer-se a 'mensagem' que o povo escreveu e destinou a ele mesmo na U.E, e que será levada a termo por pelo legislativo, que norteará a sociedade por pelo menos quatro anos, que é o tempo de um mandato eleitoral.

A informação digitadora pode ser processada automaticamente, com grau de precisão quase absoluto, muito rapidamente e em escala quantitativa. Nenhum outro processo a na ser o processamento digital, reúne, ao mesmo tempo, essas quatro qualidades. A digitação permite o controle das informações e mensagens "bit" a "bit", número binário a número binário, e isso na velocidade do cálculo dos computadores. (LÉVY, 2008, p.52)

Constatamos que o início do processo, estudo e a apropriação da comunicação registrada eletronicamente, no caso, a U.E e as transformações no âmbito tecnológico e informacional influenciaram não só no nosso cotidiano, mas

principalmente nas buscas de respostas e de tomadas de decisões imprescindíveis para a vida em sociedade.

## **4 O VOTO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

Aristóteles no século IV, afirmava ser o homem um ser político, e para tal em nossos dias criamos legislações específicas acerca desse tópico que norteiam a nossa sociedade. Se compreendermos que a eleição através do voto dá poder ao eleitor de escolher seu representante em um concurso eleitoral, e que o ato de votar é um direito que nos é conferido pela Constituição Brasileira (1988) em seu artigo 1º, no qual afirma que “o poder emana do povo, através de seus representantes eleitos por concurso público federal”. A esse respeito, citamos Cerqueira (2004, p.47).

Do latim *votu*, voto é a oferenda feita aos deuses. O voto é o exercício do sufrágio. Mediante este, são escolhidos aqueles que irão votar. Enquanto sufrágio é um processo de seleção de eleitores, o voto é o exercício do sufrágio pelo eleitorado. É a manifestação do sufrágio no plano prático. É o ato político que materializa na prática, o direito de votar. Características do voto: é secreto, igual (mesmo peso político para todos os eleitores), livre (votar em quem quiser e se quiser, pois pode-se votar em branco ou anular o voto), pessoal (não se admite voto por correspondência ou procuração e direto (eleitores escolhem por si e sem intermediários os governantes e representantes). Na nossa constituição o voto também é obrigatório.

E em sendo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o órgão que gerencia os processos eleitorais em nosso país e os Tribunais Regionais Estaduais (TRE), que os regulam em âmbito local, analisamos o contexto organizacional e estratégico ante aos novos paradigmas informacionais e como as Novas Tecnologias da Informação (NTIC), influenciam as ações e expressões em relação a U.E nesses órgãos tanto em nível de contagem de votos quanto em termos de inserção digital e como a população brasileira recebe essa demanda tecnológica.

Partimos do princípio que vivemos na Sociedade da Informação e do Conhecimento, ou seja, tecnologia aplicada à informação e as interações que os

meios de comunicação proporcionam ao homem e tornam-se uma extensão do próprio homem. No caso as interações entre os eleitores e as NTIC, e como o TRE promoveu e promove as garantias sociais fundamentais valendo-se dessas tecnologias, bem como sua aplicabilidade como solução para agilizar os pleitos eleitorais, que em nosso país assumem um caráter monumental, ante sua extensão e a diversidade cultural do nosso povo.

Acerca da influência das inovações tecnológicas, desde a Revolução Industrial, temos as máquinas que vêm transformando o fazer social, incubindo-se de realizarem as tarefas repetitivas. Fazemos uso das tecnologias em todas as épocas da civilização humana, não poderia deixar de ser diferente que a tecnologia atraia as instituições, como o TSE, a esse respeito, Pierre Lévy (2008, p.27) nos diz que: “Essas tecnologias, todas impregnadas de seus primeiros usos e dos projetos de seus criadores, nascidas no espírito de visionários, transmitidas pela efervescência de movimentos sociais e práticas de base vieram de lugares inesperados para qualquer tomador de decisões”.

A trajetória do TSE no Brasil tem sido marcada pela responsabilidade, credibilidade e estruturação em seu processo organizacional, visando o fortalecimento da instituição através da aplicação das competências técnicas para o estabelecimento da democracia.

No caso das NTIC relações democráticas no que concerne aos pleitos eleitorais e a logística ante ao eleitorado brasileiro, que com o uso de novas práticas no modo de votar e expressar seu desejo em uma “escrita” coletiva, e digitalmente inclusiva, a todos os cidadãos brasileiros, abrangendo também os Portadores de Necessidades Especiais.

O interesse pelo tema parte da análise em que está inserido o novo contexto político ante as novas mídias digitais e o fato da efetivação do voto e sua passagem do suporte em papel para o suporte digital. Todo o processo que envolve tanto a “máquina de votar” e a interação entre o computador eleitoral-eleitor, ou seja, sistemas cognitivos e a semiótica relacionada ao processo e ao valor que o eleitor elabora, recebe, transforma, manipula e expressa sua manifestação em informação voltada ao exercício da função cidadã no momento em que é posto ante a esse

veículo comunicacional digital que é a Urna Eletrônica, McLuhan (1964, p. 10) nos sinaliza a esse respeito:

A tecnologia gradualmente cria um ambiente humano totalmente novo. [...] Os indivíduos são modificados por suas técnicas de comunicação. As primeiras mídias eram extensões do corpo e dos sentidos, dos olhos e dos ouvidos humanos. As telecomunicações constituem não somente extensões do sistema nervoso central, mas técnicas que sobre ele rebatem, determinando uma modelagem da sociedade.

Desta forma a prática popular é estabelecida visando um controle social, bem como a efetivação da cidadania, em busca de melhorias sociais, ante tal iniciativa institucional voltada para a transparência informacional, considerando a urna como um meio eletrônico de acesso à informação pública e seu desafio de efetivar-se e evoluir ante as NTIC.

Necessário se faz que o Direito Eleitoral, ou como preferem alguns a Ciência Política, seja objeto de estudo não só nas academias, mas em todos os patamares da sociedade, com programas educativos que façam brotar a cidadania, preparando cidadãos para a consciência nacional e o exercício de uma prática social libertadora que, como diria Paulo Freire, na festejada obra *Pedagogia do oprimido* “ninguém liberta ninguém; ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão”.

Tal importância é ressaltada por Cerqueira (2004, p.20) ao afirmar que:

As escolas de 2º grau, bem como as universidades e faculdades de ciências jurídicas e sociais, cujo objeto estudado é o direito, devem incluir em seus currículos o Direito Eleitoral, com programas mínimos educativos que façam brotar a cidadania enquanto o espírito é ideológico, preparando cidadãos para a consciência nacional e o exercício de um país longe das minorias egoístas e obnubilantes. Do contrário teremos uma “falsa educação”, na qual se prega a melhoria, mas na verdade se busca preservar o sistema de minoria no poder.

Tais interações fortalecem as relações democráticas com o saber, e a “cultura digital” que é o centro dessa nova Sociedade da Informação, onde as

práticas envolvem os atores sociais, no caso eleitores, visando à busca dos ideais que nortearam a Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, graças à antevisão do TSE, como órgão de fomento à promoção e ao acesso digital inclusivo, democrático e formador, e de certa forma, de competência digital. Não tratamos aqui da resolução de problemas intrínsecos aos candidatos e as práticas que envolvem a legibilidade dos mesmos, mas, da U.E como expressão da sociedade brasileira no processo informacional eletivo digital.

Pierre Lévy (2008, p.13) nos diz que: durante uma entrevista nos anos de 1950, Albert Einstein declarou que três grandes bombas haviam explodido durante o século XX: a bomba demográfica, a bomba atômica e a bomba das telecomunicações. O renomado cientista de nossa era antevê novas formas de interação comunicacional, e hoje encontramos-nos tão envolvidos nessas práticas que bem a poderíamos chamá-la de Era Digital, dada as suas características binárias, de ter mudado sensivelmente o modo de produção e as interações entre as pessoas em todos os setores da vida humana, ante as formas informacionais.

O Protótipo da primeira “máquina de votar” brasileira, encontra-se no Centro de Memória da Justiça Eleitoral, criada no Brasil, esta máquina nunca foi utilizada, devido aos anos em que o Poder Militar esteve à frente da nação, onde a população não era consultada com frequência, tal máquina foi doada ao museu pela família do Sr. Sócrates Ricardo Pimentel, seu inventor. Tal idéia partiu da necessidade de se contabilizar os votos de forma mais célere, entretanto a urna eletrônica não é apenas um computador que contabiliza votos. Outro projeto abortado pela extinção da Justiça Eleitoral foi o invento do fotógrafo gaúcho Manuel Flores, poucas são as referências sobre a obra do fotógrafo. As fontes atuais são basicamente, seus familiares e duas notícias publicadas no jornal porto-alegrenses Folha da Tarde em setembro de 1937.

Na reconstrução do processo que resultou na urna eletrônica, ou máquina de votar brasileira, surge então a idéia de Francisco Luís Moro em 1974, exausto após um cansativo processo de contagem manual dos votos, sugere um novo sistema no qual a eletrônica assumiria papel fundamental. Nesta época a loteria esportiva, utilizava uma tecnologia de transposição de dados e tal sistema serviu de inspiração para o projeto deste advogado de Osório-RS. Aliando-se ao fato da

população brasileira ter incorporado a facilidade em utilizar os telefones públicos, Francisco concluiu que, mesmo tendo baixa escolaridade ou analfabetismo o apostador que preenchia os volantes e a população que se utilizava dos telefones públicos não teriam dificuldade em aliar a mesma operação em processos eleitorais. O Projeto da urna eletrônica em um primeiro momento até vislumbrou um contagem mais ágil, assim como encontrar um meio eficaz de evitar fraudes eleitorais no momento das apurações dos votos o que em nossos dias não confere com a realidade, dada ao desenvolvimento das NTIC, dentre as possibilidades hoje em curso; é possível extrair-se do processo digital um controle exato das ações desenvolvidas por cada cartório, além da autonomia da urna ser de doze horas em caso de faltar energia elétrica.

O sistema emite dados estatísticos sobre a quantidade de pessoas atendidas por período, transferências efetivadas, eleitores por seção, entre outros dados necessários para o bom funcionamento da Justiça Eleitoral. A eliminação dos nomes das pessoas já falecidas do Cadastro Nacional de Eleitores através de um acordo de cooperação com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) que permitirá o cruzamento com os dados do Cadastro de Óbitos do Instituto.

Na década de 1990 surgiram estudos, para criar-se o Protótipo brasileiro de urna eletrônica, que deveria contemplar as características de aproximar-se de nossa realidade brasileira, ou seja, ser de baixo custo, ser portátil dada as dimensões do nosso território e o transporte deveria ser feito ocupando-se o mínimo de espaço possível, lisura, autonomia considerável (no caso de doze horas), e celeridade, além de se ter a economia de recursos humanos. Com o devido empenho do então Ministro Nelson Jobim à época Presidente do TSE em parceria com a Universidade de Campinas - UNICAMP/SP empenharam esforços para o surgimento da mesma.

Em 1987, o desembargador Marco Aurélio de Oliveira, então presidente do TRE-RS ao divulgar em entrevista a possibilidade de que o voto seguisse uma semelhança aos cartões lotéricos, o engenheiro Alberto Gosh imaginou um sistema semelhante ao sugerido por Alberto Moro. Entretanto o grande passo para o desenvolvimento tecnológico próprio no TSE se deu com o recadastramento do

eleitorado brasileiro em 1986, dada a parceria estabelecida entre o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

O recadastramento nacional foi presidido pelo ministro José Neri da Silveira. O Tribunal Superior Eleitoral, através da resolução nº12. 547, de 28.02.1986, estabeleceu o processamento eletrônico de dados em todo o país, além de determinar uma revisão do eleitorado: “proceder-se-à, em todas as zonas, (39) eleitorais a revisão dos eleitores inscritos, com a conferência e atualização dos respectivos registros, que constituirão, a seguir, cadastros mantidos em computador”.

O passo seguinte do Tribunal Superior Eleitoral foi à constituição de uma comissão de especialistas em informática para que se especificassem exatamente nas características técnicas da urna – poder-se-ia dizer que neste momento “nascia” de fato o equipamento sonhado e experimentado de tantas formas distintas ao longo dos mais de 60 anos a separar 1995 do surgimento do Código Eleitoral, em 1932.

Hoje somos o terceiro eleitorado do mundo, O eleitorado brasileiro abrange mais de 135 milhões de brasileiros, 3.016 zonas eleitorais, que fizemos a transição do voto do suporte em papel e do ato de votar, que passou a ser uma simulação do ato em si. Entretanto, após a apuração temos a contabilidade de todas as “simulações” de voto, que passam a configurarem como efetivas. Além de o suporte ter modificado o ato de votar, deixa de ser visualizado e físico em papel para visualizado em uma tela virtual. Passando do papel para uma tela e um quadro de números em seqüência como um teclado digital, onde o eleitor digita o número do candidato, vê a foto do mesmo e confirma ou não, podendo ainda votar em branco ou anular o voto.

Modificou-se também a interação e a forma de expressão que passou da informação em papel, que antes era escrita, para a informação baseada na mediação da máquina com o eleitor, que agora passa a ser “escrita” digitalmente, ou seja, a informação e o poder de decidir na ponta dos dedos. Tanto quanto as aspirações de mudanças que se concretizarem a partir do momento que vislumbramos que temos uma importância ativa dentro do Estado e que somos

autores diretos, proporcionando e realizando feitos, que mexem com toda a vida da nação.

Aparentemente o dia de eleição começa como antigamente, com a preparação prévia das urnas, pelos funcionários do TRE, e conseqüentemente carregamento de memória, incluindo-se o disquete, o teste e a colocação de lacres (art. 8 da resolução 20.563 do TSE), para os mesários às sete horas, e para os eleitores às oito horas terminando às dezessete horas, podendo se estender se for o caso.

As sete e trinta o presidente da mesa emite a “Zerézima”, tal procedimento é realizado ante os fiscais dos partidos políticos (art. 21 da resolução 20.563 do TSE; ou art. 62 da resolução 20.565 do TSE que define a zerézima como sendo uma listagem de dados do sistema, na qual os candidatos não deverão constar com nenhum voto, uma espécie de boletim de urna- BU.

A partir de tal ato inicia-se a eleição propriamente dita, apenas para os eleitores devidamente cadastrados, (eleitores de outras localidades poderão apenas dirigirem-se aos locais de votação para justificarem o voto, ou seja justificativa por estarem fora do domicílio eleitoral). O primeiro eleitor deverá aguardar no recinto até que o segundo eleitor efetive seu voto, isto se configura como uma medida de cautela, pois caso a urna apresente algum defeito, não haverá como identificar o voto dos eleitores.

Portanto iniciada a votação, é proibido dar nova carga de urna eletrônica de votação, salvo quando se tratar de urnas eletrônicas de contingência, ou seja, a urna reserva, a votação será encerrada às 17 horas, sendo recolhidos os títulos dos eleitores e distribuídas senhas rubricadas para os que ainda estejam esperando para votar, conforme anúncio feito pelo presidente da Mesa cinco minutos antes, esta circunstância também constará em ata.

A Lei 9.504/97 e a resolução 20.536 do TSE prevêm a hipótese de faltar apenas um eleitor para votar em sua seção eleitoral e coincidentemente a urna eletrônica falhar ou danificar. Neste caso, o eleitor estará dispensado de votar, sendo-lhe entregue o comprovante de votação, tal disposição viola o direito

constitucional consagrado do exercício da cidadania e do jus sufrágio, pondo em dúvida a constitucionalidade, que entanto confere sigilo do voto ao próprio eleitor.

Ao início da votação é seguido o seguinte procedimento:

1º organiza-se fila para aguardar a votação;

2º faz-se adentrar o eleitor perante a mesa, identificando-se-lhe;

3º o eleitor assina a folha de votação;

4º autoriza-se a votação, entregando-lhe, se for o caso a cédula devidamente rubricada;

5º em cabina o eleitor vota pelo tempo estritamente necessário no candidato de sua preferência, em primeiro lugar, para as eleições proporcionais, e após, para as majoritárias (se o eleitor se recusar a votar em alguma das eleições, após advertência do Presidente da Mesa, este suspenderá a votação e reterá o comprovante, nessa segunda hipótese);

6º o eleitor, ao devolver seu documento de identificação, recebe o comprovante de votação.

A zona eleitoral conta com:

- Urna eletrônica lacrada;
- Lista dos partidos políticos, coligações e candidatos registrados;
- Folha de votação dos eleitores da seção com comprovantes de comparecimento;
- Cabina de votação e envelopes para envio a Justiça Eleitoral dos documentos relativos ao ocorrido;
- Senhas para serem distribuídas aos eleitores;
- Canetas esferográficas;
- Folhas para a impugnação e folhas para observação dos fiscais de partidos políticos ou coligações;
- Modelo de ata de eleição, carimbo e almofada para usar no recebimento dos requerimentos de justificativa eleitoral;
- Embalagem apropriada para acondicionar o disquete da urna eletrônica, instruções do TSE contendo outros materiais.

Ao término do pleito, os membros da Mesa fazem a escrituração para envio a da urna a Justiça Eleitoral, de acordo com o art. 154 do Código Eleitoral, que será lacrada e rubricada, que será emitido junto com a urna e um boletim de contagem, que será emitido eletronicamente em cinco vias, de igual teor, pela Mesa,

devendo as mesmas serem assinadas pelo presidente e pelo primeiro secretário e pelos fiscais.

Com o decreto 21.076, de 24.02.32, que criou a Justiça Eleitoral e os Tribunais Regionais dentre estes o Ceará, e em 1996, apenas seis Zonas Eleitorais do município de Fortaleza tiveram o pleito informatizado, por ter o TSE autorizado apenas eleições com a Urna nos municípios que contassem com mais de 200 mil eleitores. Já em 1998 a urna eletrônica chegou aos municípios com mais de 45 mil eleitores. Em 2000 todos os municípios passaram a contar com o sistema eletrônico de votação, através das urnas eletrônicas.

## **5 A IMPLEMENTAÇÃO DA URNA ELETRÔNICA NO BRASIL**

Em 1994, quando assumiu a Presidência do TSE, o Ministro Carlos Velloso, estabeleceu como uma das suas metas implantar o voto eletrônico no Brasil, tendo como objetivo a agilidade na apuração e totalização dos votos, e eliminação das fraudes eleitorais, utilizando um computador exclusivo para os processos eleitorais. Após edital, foi desenvolvida por uma empresa brasileira a OMNINTEC, o protótipo da U.E, tendo como engenheiro responsável Carlos Rocha. E a primeira eleição em que se utilizou a U.E foi em 1996, pelo TSE, que a implementou pela primeira vez em quase todos os municípios brasileiros, o modelo passou por aperfeiçoamento em 1996 e que se tornou padrão até hoje.

Quatro anos depois, a eleição com a U.E já atinge praticamente todos os municípios brasileiros. A U.E recebeu certificação do Ministério da Ciência e Tecnologia pela portaria nº 413/97, publica no Diário Oficial da União nº 218, terça-feira 28 de outubro de 1997 que certifica que o produto modelo U.E 2000 atende a condição de bem com tecnologia brasileira, nos termos da portaria MTC nº 214/94. Para as eleições presidenciais de 2002, a U.E foi utilizada com sucesso, neste pleito elegeram-se também governadores, senadores e deputados; federais e estaduais.

No dia 11 de julho de 2006, aos dez anos de implantação, a U.E foi escolhida o produto da década no prêmio "SUCESU 40 ANOS", promovido pela

SUCESU, a mais antiga entidade, sem fins lucrativos, na defesa dos consumidores corporativos e do desenvolvimento da Informática e Telecomunicações no Brasil. Este ano a U.E completa quinze anos de atuação nos processos eletivos brasileiros, agregando além da agilidade na apuração e totalização dos votos a identificação biométrica e o cadastro com o INSS (para eliminação de eleitores falecidos da lista de eleitores), fato devido à visão do jurista Ministro Carlos Velloso.

O Tribunal Superior Eleitoral-TSE colocou em seu site, um portal para esclarecer as dúvidas mais comuns aos mais de 135 milhões de brasileiros acerca de procedimentos pertinentes a utilização da Urna Eletrônica - U.E da apuração e totalização dos votos com a U.E. O portal conta com um vídeo explicativo, também conta com um jogo, desenvolvido para o eleitor, desenvolvido pela Escola Judiciária Eleitoral. Que pode ser jogado por um ou mais jogadores, é um jogo destinado aos eleitores iniciantes, que consiste em perguntas e respostas e que para cada resposta certa o eleitor aproxima-se da linha de chegada.

Seguindo ainda os procedimentos pertencentes a U.E, o portal do Eleitor, elaborou mais de 150 perguntas e respostas tidas como mais freqüentes relacionadas com conceitos, procedimentos e utilização da U.E no processo eleitoral brasileiro, do tipo que relata a ordem de votação por cargo e a quantidade de números que atribuída a cada cargo, como proceder se o eleitor votar errado, o tempo em que deve o eleitor votar.

Tais procedimentos têm o objetivo de promover a formação cidadã e democrática, além de despertar o interesse pela política e pela escolha consciente nos pleitos eleitorais, graças a receptividade que obteve a U.E pelo povo brasileiro ao incorporar uma nova rotina no ato de votar, aderindo a U.E para um trabalho tecnológico focado nas funções pertinentes ao fazeres da Justiça Eleitoral Brasileira.

## **6 METODOLOGIA DE PESQUISA**

Apresentamos a metodologia utilizada visando estabelecer um diagnóstico sobre a utilização da U.E pelos eleitores e suas relações e elaborações.

Quanto à sua natureza, a pesquisa é classificada como qualitativa. Sampieri, Collado e Lúcio (2006), preconizam que o enfoque qualitativo procura compreender os fenômenos no ambiente usual em que ocorrem, e que os dados são geralmente coletados através de medições não numéricas, como observações, entrevistas, pesquisas documentais, análises do cotidiano e interações. Ressaltam ainda Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.15) que:

A pesquisa qualitativa dá profundidade aos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas. Também oferece um ponto de vista recente, natural e holístico dos fenômenos, assim como flexibilidade.

Para Sampieri, Collado e Lúcio (2006), o termo pesquisa científica pode ser definido como um processo dinâmico e evolutivo, composto por inúmeras etapas que podem ser desenvolvidas ou não em seqüência, com o objetivo de solucionar problemas ou produzir conhecimento e teorias. Dessa forma seguimos várias etapas no processo de elaboração de pesquisa acerca da U.E, abordando suas significações e finalizando com a análise dos resultados.

Assim, visando compreender melhor as relações, opiniões e experiências do eleitor em torno da U.E, várias foram às experiências vivenciadas, como a pesquisa de campo. Durante a pesquisa participamos no TRE de um curso voltado para os funcionários sobre cadastramento biométrico do eleitor, na tentativa de desenvolvermos um olhar mais aguçado sobre as possibilidades oferecidas pela U.E de modo geral.

Além disso, elaboramos um questionário com dez questões, destinadas a três segmentos: o primeiro destinado aos eleitores entre dezoito e vinte e cinco anos que denominamos de tipo 1; o segundo privilegiou os eleitores entre vinte cinco e cinquenta anos que denominamos tipo 2; e por fim o terceiro, para os servidores do TRE, aplicamos vinte questionários com dez questões para cada segmento, que foram respondidos entre os dias 15 e 18 de março do corrente ano.

Para o desenvolvimento de todas as etapas da pesquisa é necessário a utilização de métodos científicos adequados. Severino (2008) define método

científico como sendo um conjunto de procedimentos e técnicas operacionais que permite o acesso às relações causais entre os acontecimentos. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.83):

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Para a coleta de dados utilizamos o questionário como instrumento para a coleta de dados com vistas a conhecer o ambiente o objeto e os sujeitos, suas interações, no caso os eleitores, a U.E e as elaborações feitas partir da utilização da mesma na atual Sociedade da Informação e do Conhecimento. Sendo a finalidade da coleta de dados são as análises dos acontecimentos, com vistas à geração do conhecimento e as soluções do problema de pesquisa através da descrição de fatos, interações, dos acontecimentos, com vistas à geração do conhecimento e a solução do problema de pesquisa através da descrição de fatos, interações, situações e experiências (SAMPIERI, COLLADO E LUCIO, 2006).

## 6.1 ELEIÇÕES E OPINIÕES

Analisamos que segundo os entrevistados, tanto da faixa etária de 18 a 25 anos, quanto à de 25 a 50 anos, gostam de votar com a U.E, que tanto os nativos digitais quanto os migrantes digitais<sup>1</sup>, ou seja, as duas faixas etárias, em sua maioria, não sentiram dificuldade em votar. Os mais jovens sugerem mudanças no formato da U.E, que ainda é grande a percepção dos eleitores quanto as U.E que apresentam defeito, ou seja, fica visível a desconfiança do eleitor. Em relação á confiança, deveria o eleitor ser mais bem informado sobre a confiabilidade da U.E.

Para os eleitores deveria haver maior preocupação do TSE com a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais. Indiferentemente de faixa

---

<sup>1</sup> Consideramos migrantes digitais, às pessoas nascidas antes da internet e do avanço das NTIC.e nativos digitais pessoas nascidas após as NTIC.

etária, o eleitor percebe que a U.E apresenta nitidamente falhas de funcionamento nos pleitos. È público e notório a agilidade no processo de votar por parte do eleitor ao utilizar a U.E.

Quanto às respostas coletadas pelos funcionários do TRE, praticamente todos crêm que o eleitor tem uma cognição sobre o procedimento necessário para votar. De fato, a U.E agilizou os procedimentos nos pleito eleitorais. No que diz respeito à fraude, consideram em sua maioria a U.E como a prova de fraudes. Mediante os dados, faz-se necessário, uma melhora tecnológica que vise dirimir a incidência de substituições de U.E. a visão dos funcionários é a de que a U.E é acessível a pessoas com necessidades especiais e é na maioria das respostas confiável para o eleitor.

## 6.2 APURAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO

Acerca das perguntas elaboradas no questionário tanto para os respondentes tipo 1 quanto para os do tipo 2, a primeira questão tratava de situar e criar certa empatia entre o objeto da pesquisa e situar o eleitor em relação ao tema da mesma. Dessa forma abordamos sobre o gosto do eleitor quanto a votar com a U.E. Dos eleitores do tipo 1, 18 afirmaram gostar de votar com a U.E e 2 marcaram que não, os do tipo 2, todos afirmaram gostarem de votar com a U.E, percebe-se que os eleitores que já conheciam o sistema anterior de votação em papel, gostaram da mudança do suporte, provavelmente pela agilidade proporcionada pela U.E.

Quando perguntamos aos eleitores se já sentiram alguma dificuldade em votar com a U.E, no grupo do tipo 1, 18 responderam não terem sentido dificuldade em votar com a U.E e 2 afirmaram que sim. No segundo grupo do tipo 2, 16 não sentiram dificuldade em votar com a U.E, mas, 4 sentiram. Nesse quesito tanto os “migrantes digitais” quanto os “nativos digitais”, em sua maioria não sentiram dificuldades em votar com a U.E, provavelmente esse fato se deve ao grande empenho do TSE em promover campanhas educativas através dos meios de comunicação de massa voltadas para ensinar ao eleitor como manusear a U.E.

---

A terceira questão tratava sobre a quantidade de vezes em que já votaram, pudemos observar que entre os eleitores do tipo 1, 16 votaram 2 vezes ou mais e 4 votaram apenas 1 vez. Já para os do tipo 2, 15 votaram mais de 5 vezes e 5 apenas 4 vezes. É necessário ressaltar a experiência do eleitor e sua dimensão do processo eletivo.

Ao questionarmos se fariam alguma modificação no formato da U.E, dos respondentes do tipo 1, 10 disseram que fariam alguma modificação e 10 não fariam. Para a mesma questão 18 respondentes do tipo 2 afirmaram que não fariam modificações no formato da U.E e 2 fariam. As opiniões se dividem de forma acentuada entre os mais jovens, e é quase unanimidade entre os mais adultos para a manutenção da U.E no formato em que se encontra, acreditamos que por a U.E está completando 15 anos de uso nos pleitos e mantendo sempre o mesmo formato, apesar de o TSE descartar as mais gastas e desatualizadas em seu interior, o eleitor gostaria de ver modificações no exterior da máquina, algo indicativo de melhoria tecnológica.

No quesito que aborda se o eleitor ao votar havia constatado algum defeito na U.E, dos eleitores do tipo 1, 17 responderam que não e 3 que sim. 16 eleitores do tipo 2 marcaram que não, e quatro que sim. Consideramos que apesar de já ter tradição de uso por seus 14 anos de existência a U.E apresenta índices consideráveis de defeitos em dias eletivos, mesmo que para tal conte o TSE com U.E de contingência para substituição imediata por ocasião nessas eventualidades.

Ao serem indagados se a U.E é à prova de fraudes, 17 do tipo 1 acham que a U.E não é um equipamento à prova de fraudes e 3 acham que sim, ela é à prova de fraudes. Para 12 do tipo 2, a U.E não é à prova de fraudes e 7 acham que sim e 1 marcou talvez. Tais respostas apontam para a desconfiança do eleitor em relação a U.E, o TSE poderia elaborar uma campanha divulgando ao público em geral a esse respeito visando diminuir a desconfiança do eleitor, reafirmando a segurança do voto eletrônico.

Em relação ao ato de votar com a U.E para pessoas com necessidades especiais, a acessibilidade da U.E voltada para essas pessoas é percebida por 11 respondentes do tipo 1 como que atende essa demanda, enquanto que 9 acham que não atende. Para os eleitores do tipo 2, 12 afirmam que a U.E atende essa demanda

e 8 acham que não. Ao colocarmos essa questão sobre acessibilidade nosso objetivo era a percepção do eleitor sobre o uso da U.E para as pessoas que necessitam de adaptações em equipamentos, no caso a U.E, se acham que essa demanda é atendida uma vez que a acessibilidade é um princípio básico da nossa Lei Maior que assegura os direitos e as garantias individuais e coletivos, bem como a defesa à dignidade da pessoa humana.

Sobre a infalibilidade da U.E, para os eleitores do tipo 1, 19 marcaram que acham a U.E uma máquina passível de falhas, enquanto que 1 a considera infalível. Já para os do tipo 2, 11 acham a U.E passível de falhas e 9 crêem na infalibilidade da U.E. Nesse aspecto questionamos a solidez da tecnologia aplicada a U.E se essa técnica atende ao eleitor enquanto máquina a ser utilizada por muitos, sendo a robustez um dos itens que precisam ser revistos pelo TSE.

Acerca do tempo que o eleitor leva para votar, os do tipo 1, 19 levam até um minuto e apenas 1, leva dois minutos ou mais. Para os eleitores do tipo 2, todos afirmaram que levam até um minuto para votar. Nesse tópico é possível perceber que a U.E tem se mostrado ágil desde a sua implantação, sendo essa característica uma de suas principais funcionalidades, aliás a celeridade é parte determinante da nossa Sociedade da Informação.

E ao final do questionário as questões foram diferenciadas para ambos os tipos, ao indagarmos os do tipo 1 se os mesmos anotavam os números do político para “colarem” na hora de votar, 13 afirmaram que sim e 7 que não. Para os do tipo 2, foi colocada a opção entre votar com o suporte papel em e votar com a U.E, 19 preferiram o suporte eletrônico e 1 afirmou que preferia a cédula em papel por ser confiável. Nesse sentido a maioria entre os mais jovens anotam os números dos candidatos, como indicado pelo TSE, na tentativa de agilizarem o processo de votar. E entre os mais adultos a maioria gosta de votar com a U.E apesar da ressalva feita por um eleitor acerca da confiabilidade que novamente reforçamos a necessidade do TSE em manter observância quanto a esclarecimentos ao eleitor em relação a segurança da informação no caso o voto.

A partir daqui, apresentamos os resultados dos questionários aplicados a alguns dos funcionários do TRE no Ceará, na ocasião aplicamos 20 questionários com dez questões cada. A primeira questão tratava da compreensão do eleitor

acerca do procedimento para votar com a U.E, a visão dos funcionários sobre esse ato de votar para o público em geral, apenas 1 funcionário acha que o eleitor não compreende como proceder para votar com a U.E. Praticamente todos os respondentes concordam que o eleitor compreende os procedimentos pertinentes ao ato de votar com a U.E. Pela agilidade em que se tem realizado os pleitos eleitorais desde a implantação da U.E e pela grande quantidade de propaganda percebe-se que o TSE conseguiu inculcar nos eleitores os procedimentos de forma clara e simples de como deve o eleitor proceder para votar com a U.E e que esta se tornou bem conhecida pelos brasileiros.

Em relação à rapidez na apuração e contabilização dos votos, todos respondentes acham que a U.E agilizou a contagem e apuração dos votos. A totalidade dos funcionários concorda que a U.E efetivamente trouxe celeridade aos concursos eleitorais promovidos pelo TSE.

Sobre modificações no formato da U.E, questionamos se o funcionário faria alguma 5 afirmaram que sim, os outros 15 não fariam. Tal questionamento nos remete aos respondentes do tipo 1, que também manifestaram interesse em modificarem o formato da U.E. É interessante se repensar o leiaute da U.E, tendo em vista um constante aprimoramento tecnológico.

Quando indagados sobre se após a implantação da U.E havia melhorado a forma de trabalhar no dia das eleições em termos de fiscalização, 19 marcaram que sim e para 1 não houve melhora. Ora se concordam que o processo está mais ágil se crêem que o eleitor está mais confiante a melhora no dia das eleições é uma consequência prevista na criação e implantação da U.E.

Acerca de fraude na U.E, 18 respondentes acham que a U.E é à prova de fraudes e 2 acham que não. É muito importante ressaltar a visão do funcionário do TRE acerca de todo o processo que envolve os procedimentos pertinentes ao manuseio, carga e boot que é feito exclusivamente pelos funcionários do TRE. Tais procedimentos devem contar com um postura impecável por conta do funcionário, até porque em caso de descompostura pode ser o funcionário demitido do quadro de pessoal do Tribunal,devendo o TSE manter observância quanto a inculcação de valores éticos direcionado ao seus funcionários e em âmbito externo ao passar esses valores da instituição aos eleitores.

---

Se o funcionário já trabalhou e algum pleito no qual teve de fazer alguma notificação por falha na U.E, dos 20 respondentes 11 nunca tiveram de fazer notificações por esse motivo e 9 realizaram tal procedimento. Ainda é grande o número de substituições feitas com a U.E, apesar de mais da metade dos funcionários nunca ter realizado nenhuma notificação, destaca-se o fato da U.E já ter atingido mais de 14 anos de implantação e conseqüentemente avanço em estudos e pesquisas deveriam aprimorar essa falha, devendo esta questão ser uma tarefa constante do TSE.

Quando questionamos acerca de quantas eleições já participaram, 11 funcionários afirmaram terem participado de até 8 pleitos e 9, marcaram ter participado de 9 pleitos. Mesmo tendo participado de até 8 pleitos o funcionário pode ser considerado como experiente para atuar durante os dias de votação. Além de o TSE e o TRE a cada eleição lançar uma resolução que norteará todo o processo eletivo e passá-la aos seus funcionários.

Em relação ao comportamento do eleitor questionamos se os funcionários perceberam alguma modificação após a implantação da U.E., dos respondentes 18 afirmaram que sim, perceberam modificações, contudo 2 marcaram que não. Para os que escolheram o sim, havia o complemento qual, sendo que, a palavra confiança foi citada como motivo para a mudança no comportamento do eleitor em 10 das justificativas, ou seja, os funcionários em sua maioria acham que o eleitor está mais confiante no processo eletivo com a U.E e 1 funcionário acha que o eleitor pode votar em quem realmente quer já outro citou a liberdade de escolha por parte do eleitor.

Acerca da acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais em relação ao uso da U.E por essas pessoas, 10 funcionários acham a U.E boa, 9 muito boa e 1 a acha razoável. É interessante perceber que a metade dos entrevistados classificaram a U.E como um produto que atende essa demanda. Neste quesito concordam com os eleitores respondentes a pesquisa que também acharam que a U.E também atende essa demanda.

Através dessa pesquisa podemos perceber que após quase quinze anos de uso, U.E foi incorporada aos processos eletivos brasileiros, que esta contribuiu para o processo de inclusão digital e que através dela o voto passa a ter celeridade,

que a princípio era a meta do TSE. Mas também passa a ser uma escrita digital do voto na Sociedade da Informação

---

## REFERÊNCIAS

**A Justiça eleitoral de 1932 ao voto eletrônico.** Rio de Janeiro: Infobook, 1996. 114p.

BACHA, Edmar Lisboa; UNGER, Roberto Mangabeira. **Participação, salário e voto:** um projeto de democracia para o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 75p. (Coleção estudos brasileiros; v.24)

BONAVIDES, Paulo. **A constituição aberta.** Belo Horizonte: Del Rey, 1993. 310p. \_\_\_\_\_ . **A constituição aberta:** temas políticos e constitucionais da atualidade, com ênfase no federalismo das regiões. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 526 p.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Por dentro da urna.** – 2. ed., rev. e atual. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2010.

CASA CIVIL. Constituição Federal do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil.../constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 13.nov.2009.

CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Paula. **Direito eleitoral brasileiro:** o Ministério Público Eleitoral, as eleições em face das leis 9.504/97, 9840/99, 10.732/03 e 10792/03, EC35/01(imunidade Parlamentar e restrições). 3. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. 1.556p.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Teoria democrática e conselhos de política social. In:\_\_\_\_\_.BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social e democracia.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p.87 – 111.

FARIA, Hermínio Augusto; ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRACAO PUBLICA. **3 Pesquisas:** o voto do analfabeto, a lei de diretrizes e bases, a divisão da Guanabara em municípios. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, INDOC, Serv. de Publicações, 1964. 159p.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. 2. ed. Brasília: TSE/ SDI, 2005. 367p.

LAMOUNIER, Bolivar; DUARTE, Celina Rabelo. **Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979**. Petrópolis: Vozes; 1980. São Paulo: CEBRAP, 265p.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, Vânia Mara Alves . A informação documentária: codificação e decodificação. Artigo. **Transinformação**, Campinas, 19(2): 119-127 maio/ago., 2007.

MARCOS REY . **PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA**. 2 ed. São Paulo, 1998. 32p.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1964.

NEUMANN, Lauricio. **Constituinte: vez e voto do povo?**. 3. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1986. 91p.

O QUE É DEMOCRACIA. Disponível em: <http://www.embaixadaamericana.org.br/democracia/what.htm>. Acesso em: 12 nov. 2009.

O QUE É VOTO. Disponível em: [http://www.uj.com.br/online/forum/600/.../7713/O\\_que\\_e\\_voto\\_direto](http://www.uj.com.br/online/forum/600/.../7713/O_que_e_voto_direto). Acesso em: 12 nov. 2009.

PASSOS, Edilenice (org.). **Informação jurídica: Teoria e Prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. 237p.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Estado, regulação social e controle democrático. In: \_\_\_\_\_ . BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social e democracia**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho; HAGUETTE, Tereza Maria Frota; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Progresso, miséria e voto:** ou notas sobre o voto como objeto de negócio. Fortaleza, 1991. 162p.

PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto.** São Paulo: Giordano, 1995. 390 p.

\_\_\_\_\_. **O voto no Brasil:** da colônia a 5. república . Brasília, DF: Gráfica do Senado Federal, 1989. 352 p. (Historia eleitoral do Brasil)

RIBEIRO, Fabio Túlio Correia. **Democracia e voto:** uma defesa do direito de abstenção. Fortaleza, 2000. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Direito.

TRIBUNAL REGIONAL DO CEARÁ. **MANUAL DE LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA-ELEIÇÕES 2008.** TRE: Ceará. 2008.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL- CENTRO DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA ELEITORAL DO RS. **Voto eletrônico:** 10 anos da urna eletrônica 20 anos do cadastramento eleitoral. TRE: Porto Alegre. 2006.

VERAS, Jefferson Nunes .**Orkut:** o mal-estar nas entrelinhas da informação. – Fortaleza, 2007. Monografia (Graduação em biblioteconomia) - Universidade Federal do Ceará, 2007.

## ANEXOS

### QUESTIONÁRIO-ELEITORES: 18 A 25 ANOS

NOME

TELEFONE

1)Você gosta de votar com a Urna Eletrônica?

( ) Sim      ( ) Não

2)Você já sentiu alguma dificuldade em votar com a Urna Eletrônica?

( ) Sim      ( ) Não

3) Quantas vezes você votou com a Urna Eletrônica?

( ) 1 vez      ( ) 2 ou mais

4)Você faria alguma modificação no formato da Urna Eletrônica?

(  )Sim (  )Não

5)Você ao votar constatou que alguma Urna Eletrônica já apresentou defeito?

(  )Sim (  )Não

6)Você acha a Urna Eletrônica á prova de fraudes?

(  )Sim (  )Não

7)Quanto a acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais, você acha que a Urna Eletrônica atende bem essa demanda?

(  )Sim (  )Não

8)você crê na infalibilidade da Urna Eletrônica?

(  )Sim (  )Não

9)Quanto tempo você demora para votar?

(  )Até 1 minuto (  )Até 2 minutos ou mais

10)Você anota os números dos candidatos em que vai votar para colar na hora de votar?

(  )Sim (  )Não

## **QUESTIONÁRIO-ELEITORES: 25 A 50 ANOS**

NOME

TELEFONE

1)Você gosta de votar com a Urna Eletrônica?

(  )Sim (  )Não

2)Você já sentiu alguma dificuldade em votar com a Urna Eletrônica?

(  )Sim (  )Não

3) Quantas vezes você votou com a Urna Eletrônica?

(  )Até 4 vezes (  )5 ou mais

4)Você faria alguma modificação no formato da Urna Eletrônica?

(  )Sim (  )Não

5)Você ao votar constatou que alguma Urna Eletrônica já apresentou defeito?

(  )Sim (  )Não

6)Você acha a Urna Eletrônica á prova de fraudes?

(  )Sim (  )Não

7)Quanto a acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais, você acha que a Urna Eletrônica atende bem essa demanda?

Sim     Não

8) você crê na infalibilidade da Urna Eletrônica?

Sim     Não

9) Quanto tempo você demora para votar?

Até 1 minuto     Até 2 minutos ou mais

10) Você acha melhor votar com a Urna Eletrônica ou com a cédula de papel?

Com a Urna Eletrônica     Em cédula de papel

## **QUESTIONÁRIO-SERVIDORES-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL- CEARÁ**

NOME(OPCIONAL)

SETOR

MATRÍCULA(OPCIONAL)

1) Você acha que o eleitor compreende bem como proceder para votar com a Urna Eletrônica?

Sim     Não

2) Para você a Urna Eletrônica agilizou o processo de contagem e apuração dos votos?

Sim     Não

3) Você faria alguma modificação no formato da Urna Eletrônica?

Sim     Não

4) Para você melhorou a forma de trabalhar no dia das eleições em termos de fiscalização?

Sim     Não

5) Você acha a votação com a Urna Eletrônica à prova de fraudes?

Sim     Não

6) Você já trabalhou em algum pleito no qual teve de fazer alguma notificação por falha na Urna eletrônica?

Sim     Não

7) Em quantas eleições você já trabalhou?

Até 8.     Até 9 ou mais.

8) Você acha que o eleitor crê na infalibilidade da Urna?

Sim     Não

9) Você notou alguma mudança no comportamento do eleitor após a votação co a Urna Eletrônica?

Sim  Não

Qual:

10) Como você avalia a Urna Eletrônica em termos de acessibilidade?

Muito boa  Boa  Razoável

---

